



A EMERGÊNCIA DA CULTURA e da crítica cultural

Eneida Leal Cunha¹

1

Como estratégia para pautar algumas questões sobre a crítica cultural ou os estudos da cultura no âmbito das Letras no Brasil, vale a pena recuperar, preliminarmente, significações dicionarizadas da palavra “emergência”, posta em destaque no título desta reflexão: ato de emergir, de vir à tona; situação grave, momento crítico, contingência; dispositivo de segurança que deve ser acionado em situações difíceis; combinação inesperada de circunstâncias imprevistas (ou que delas resulta) e que exigem ação imediata; o que se torna claro e compreensível, o que aparece, se expressa ou se manifesta em determinado momento².

Estas significações podem ser adensadas se articularmos uma delas (“o que se torna claro e compreensível, o que aparece, se expressa ou se manifesta em determinado momento”) ao uso do termo “emergência” que Michel Foucault criteriosamente recupera ao mapear, na *Genealogia dos Valores* e em outros trabalhos de Nietzsche³, as palavras às quais o filósofo recorre para recusar a noção de *origem (Ursprung)*, enquanto lugar da verdade e da pureza, da essência exata de alguma coisa, sua forma imóvel e anterior a tudo que é externo ou acidental, sua identidade primeira ou seu fundamento.

¹ Eneida Leal Cunha é professora na UFBA/PUC-RIO.

² Cf. *Dicionário Houaiss para a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³ Cf. FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *A Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 11-37.

Como um bom discípulo do mestre que se declarava mais filólogo do que filósofo, Foucault coleciona e interpreta os termos utilizados por Nietzsche para desconstruir a idéia de origem. Proliferam, na *Genealogia da Moral* e em outros trabalhos, palavras como “começo” (*Geburt*), “proveniência” (*Herkunft*), “emergência” (*Entstehung*), cuja significação não é equivalente entre si, no sentido de que não são permutáveis nem são sinônimos de origem.

Constata assim que o termo “emergência” aparece quando Nietzsche se refere ao ponto de surgimento de um valor ou de um conceito, que se produz em um determinado estado de forças; ou à entrada em cena de forças recalcadas, confinadas no silêncio dos bastidores. Nesta perspectiva, a emergência é sempre um lugar de enfrentamento e de afrontamento, de embate entre forças dominantes e forças e dominadas, e, portanto, não pode ser compreendida como o ponto inaugural de alguma coisa nem como uma continuidade, mas como efeito de deslocamentos, reposicionamentos ou inversões. Para Nietzsche, a cada momento da história, o que é dominante fixa um ritual, ou seja, um conjunto de obrigações, direitos, marcas e regras, destinado a assegurar uma atribuição de sentido e de valor. Por isto, conclui Foucault, a história de uma palavra ou de uma coisa é a história das forças que delas se apoderaram, é a história de suas significações ou de suas interpretações:

“O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras”.⁴

2

Esta breve “definição de termos” parece aqui indispensável para atenuar o que à primeira vista poderia ser considerado como uma incongruência no título: em que sentido se pode tratar como uma “emergência” a avassaladora presença da cultura (ou da palavra cultura) em nossos dias?

A “cultura” nos soa hoje como uma palavra de ordem tanto para os nossos investimentos intelectuais como para os programas políticos de resistência ou de

⁴ FOUCAULT, M. Op.Cit. p. 25-6.

contestação, quanto, ainda, para a agenda dos investimentos econômicos, quando a indústria cultural constitui uma das atividades mais rentáveis no mundo globalizado. Menos do que essa espécie de onipresença, a idéia ou o desafio da emergência da cultura está no fato de que dificilmente se consegue dizer com precisão o que ela recobre, pois já não somos capazes de enunciar um conceito de cultura que dê conta de todas as suas dimensões.

Por um lado, encontra-se com frequência, tanto nos manuais quanto nas postulações mais complexas acerca dos estudos da cultura, a advertência reiterada, como uma espécie de alerta, sobre a necessidade de uma compreensão clara de cultura; por outro, não nos sentimos muito à vontade para defini-la ou para escolher e aderir a uma definição proposta. É provável que isto ocorra porque, como sugere Eagleton⁵, “estamos encurralados” entre noções demasiadamente amplas – a exemplo de “cultura como todo um modo de vida”, que vem do campo antropológico –, ou noções demasiado e até desconfortavelmente estreitas, excludentes, como “o melhor que foi pensado e dito pela humanidade”, conforme postulava Matthew Arnold (em *Culture and Anarchy*, 1869), que compreendia e preconizava a distribuição democrática da alta cultura como antídoto para as tensões sociais.

O problema ou a nossa demanda atual, entretanto, talvez já não seja providenciar um conceito plausível, aceitável, de cultura. Até porque já aprendemos que definir ou conceituar alguma coisa corresponde sempre a um ato de restrição, a um gesto (intelectual, interpretativo) de separá-la daquilo (que julgamos) que ela não é.

Como alternativa à delimitação da cultura em uma definição, pode-se usar uma estratégia inversa, a partir de um deslocamento da questão, ou seja, pode-se reconhecer que o nosso problema principal não é dizer *o que a cultura é* ou *o que é cultura*, mas buscar identificar e compreender as significações, os sentidos e os valores que historicamente foram atribuídos à palavra cultura – as suas diferentes emergências em circunstâncias históricas específicas – e, após isto, avaliar quais dessas significações ainda vigoram em nossos dias, para quem vigoram e como se dá o embate entre essas diferentes apropriações da palavra (e da própria cultura).

⁵ EAGLETON, Terry. A cultura em crise. In: *A idéia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2002. p. 49.

Para dar conta desta empreitada com brevidade, é valiosa a contribuição de Terry Eagleton⁶ ao retomar um dos mais argutos pensadores da cultura no século XX, o britânico Raymond Williams,⁷ que elencou os três principais sentidos modernos que foram atribuídos à palavra, expondo as forças que, em cada contexto histórico-social (e cultural, poderíamos acrescentar), dela se apropriaram para impor diferentes significações, valores e, conseqüentemente, prescrições e regras.

A primeira emergência moderna da palavra se dá no Iluminismo do século XVIII, quando a noção de cultura praticamente equivale à de civilização e de civilidade, designando o processo geral de progresso intelectual, espiritual, material da Humanidade. Neste contexto de profundas transformações sociais que dá início à vida moderna, a cultura diz respeito à vida urbana, às políticas cívicas, mas também à tecnologia e ao progresso e às boas maneiras, sempre com o sentido de avanço em relação a algo que antecedeu. Ultrapassa, portanto, a dimensão individual, requer condições sociais, tem dimensão política e envolve o Estado. A cultura (ou a civilização) nesse momento, portanto, corresponde à vida tal como é socialmente vivida pelos europeus, especialmente na França. É a partir dessa compreensão de cultura como civilização, que também se firma a noção de “barbárie”, relativa aos outros, aos não europeus, que deverão alcançá-la ou, melhor, deverão ser conduzidos até ela: deverão ser colonizados.⁸

Caracterizada desta forma breve, a compreensão iluminista pode parecer muito distante de nós, mas o fato é que ela persiste em várias dimensões da vida social até o presente, como em grande parte dos valores que organizam o nosso sistema de educação, ou na idéia de “formação” (Bildung), como aperfeiçoamento espiritual, através do compartilhamento de um estoque de conhecimentos, experiências e valores consagrados como o ápice da condição humana ou o que de melhor a humanidade teria produzido. E dessa concepção de cultura derivam inúmeras expressões do senso comum, a exemplo da que designa um indivíduo ou um grupo social como “inculto”.

⁶ Cf. EAGLETON, Op. Cit. p. 20-47.

⁷ WILLIAMS, Raymond, *Keywords*, Londres 1976, p. 76-82. (1953).

⁸ A propósito da familiaridade – que não é apenas etimológica – entre cultura e colonização, conferir o livro de Alfredo Bosi, *Dialética da colonização* (Companhia das Letras, 1992).

Quase em simultâneo ao Iluminismo, emerge a partir da Alemanha uma compreensão diversa de cultura, que privilegiará não a universalidade dos valores civilizacionais, mas aquilo que pode constituir a singularidade de um povo. Fundada no idealismo alemão e fortemente articulada ao processo de unificação dos estados nacionais modernos, cultura significa então o modo de vida característico de um povo, sua singularidade expressa concretamente no cotidiano, em formas específicas como os costumes, os valores e, especialmente, uma língua, ou projetada no passado, através de um acervo de memórias compartilhadas e da narrativa mítica de uma origem comum. Esta noção romântica e, a seu modo, popular de cultura fará fortuna ao longo do século XIX, como expressão do “espírito de um povo” e de alguma forma também chega ao nosso presente, seja enquanto cultura nacional ou nacionalidade seja, em tempos mais recentes, enquanto especificidade da memória cultural e das demandas de segmentos internos ao próprio estado nacional, e ainda nas reivindicações de diversidade e pluralismo culturais. Pois é dela, desta segunda significação histórica que deriva a possibilidade de declinar a palavra e conceber a cultura no plural: culturas.

A terceira variante da significação de cultura emerge no século XIX por sua redução gradual, mas gravemente exitosa, ao domínio das artes. Como consequência, a cultura é confinada a uma pequena e privilegiada fração da sociedade – às pessoas “cultivadas” ou cultas – e se transforma, como demonstrou Bourdieu, em fator de distinção social.⁹ Nesta perspectiva, a idéia de cultura é simultaneamente intensificada (pelo prestígio, quase uma sacralização das artes ou da dimensão estética), e de certa forma empobrecida (por seu caráter irrevogavelmente excludente e antidemocrático). Nesta noção de cultura, que prevalece no que se convencionou designar como alta modernidade e se articula à intransigente reivindicação da autonomia estética, pode-se perceber o crescente distanciamento entre a Cultura (aqui com ‘C’ maiúsculo) e a hermenêutica leiga ou a experiência cotidiana comum à maioria, como também o afastamento da Cultura em relação à dimensão política e às disputas sociais.

Embora a apresentação dos três principais eixos de significação da palavra cultura que prevaleceram na modernidade ocidental termine por estabelecer uma certa cronologia ou sequenciamento, não é difícil reconhecer à nossa volta a

⁹ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*, Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.

persistência e co-existência alargada de todos eles até os dias atuais, às vezes como simples continuidade, outras como ruptura, diferença e tensão.

3

Contemporaneamente, a noção de cultura já não se encontra provida da segurança e da legitimidade que lhes atribuíram – igualmente, embora em circunstâncias históricas e correlação de forças diversas – o empreendimento civilizacional iluminista, o Estado nacional moderno e, no último caso, as elites letradas. Por esta razão a cultura, em nosso tempo, tornou-se especialmente o território da instabilidade, do conflito e da disputa.

Retornando às ponderações iniciais sobre a “emergência”, é preciso identificar as forças que saíram dos bastidores e passaram a disputar a significação cultural. Para efeito de exposição, pode-se abordar esta disputa privilegiando duas vertentes de significação da cultura que atravessam a nossa área de Letras, com uma história de longa duração.

A primeira delas – a ligação mutuamente legitimadora entre literatura e nacionalidade – está relacionada ao processo de unificação ou de constituição dos estados modernos, sustentados pela idéia de cultura como singularidade e patrimônio de um povo. Para compreender a articulação resistente que se estabeleceu entre cultura e nacionalidade vale a pena relembrar algumas postulações de autores que respondem mais recentemente à questão posta por Ernest Renan em 1882: “O que é uma nação?”¹⁰

Nação e cultura não são entidades independentes e paralelas, assim como não é a Nação que produz a cultura, mas o inverso. Para Benedict Anderson,¹¹ a própria Nação é um artefato, uma construção cultural, que se faz através de uma formulação narrativa capaz de articular passado, presente e futuro num todo percebido como estável e homogêneo, que possibilita a experiência de pertencimento comum necessária à constituição de uma “uma comunidade

¹⁰ A pergunta é título de conferência proferida pelo historiador Ernest Renan em 1882 e se tornou um texto referencial. (RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (org.) *Nacionalidade em questão* - Cadernos da Pós/Letras (19). Rio de Janeiro: UERJ, 1997).

¹¹ ANDERSON, Benedict, *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

imaginada”. A contribuição de Anderson desloca a "nação e a consciência nacional" do campo das ideologias e das ciências políticas, onde por um bom tempo estiveram confinadas, para aproximá-las dos grandes sistemas culturais anteriores à modernidade, como as comunidades religiosas e os reinos dinásticos, a partir dos quais e contra os quais a Nação moderna pôde existir.

Para Étienne Balibar,¹² a construção de uma nação ou a nacionalização de uma sociedade exige a “produção do povo”, ou seja a produção do efeito de unidade que permitirá à população de um território delimitado perceber-se como “um povo”, legitimando-a como base e origem do poder político no Estado Nacional; como exige também a “fabricação de uma etnicidade fictícia”, uma vez que nenhuma nação tem originalmente uma base étnica única, mas,

“à medida que as formações sociais se nacionalizam, as populações que elas incluem (...) são etnicizadas, ou seja representadas no passado e no futuro como se formassem uma comunidade natural, dotada de uma identidade de origem, de cultura, de interesse, que transcende os indivíduos e as condições sociais”.¹³

A duradoura articulação, quase uma equivalência, entre cultura e Nação se firma a partir de um processo paradoxal, que teve o poder de naturalizar o que é estritamente uma construção cultural. Neste sentido, é expressivo o uso freqüente de referenciais biológicos – a infância, a juventude, a maturidade – para dar conta dos caminhos da nacionalidade, como podemos ler, em relação à Nação brasileira, já em José de Alencar, que demonstra no seu prefácio “Benção paterna”¹⁴ uma surpreendente lucidez acerca da necessidade cultural – e literária – de “fabricação” do povo brasileiro e da “comunidade imaginada”.

A partir dos Estados Nacionais modernos, portanto, a idéia de cultura passa a equivaler à identidade nacional, ou seja, a significação de cultura se firma como,

¹² BALIBAR, Étienne. La forme nation: histoire et idéologie. In BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation et classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1988.

¹³ «Aucune nation ne possède naturellement une base ethnique, mais à mesure que les formations sociales se nationalisent, les populations qu’elles incluent (...) sont “ethnicsées”, c’est-à-dire représentées dans le passé ou dans l’avenir comme si elles formaient une communauté naturelle, possédant par elle-même une identité d’origine, de culture, d’intérêts, qui transcende les individus et les conditions sociales.» BALIBAR, Op. Cit. p. 130-1.

¹⁴ Prefácio ao romance *Sonhos d’ouro* (1872).

ao mesmo tempo, aquilo que unifica um povo (e que o singulariza) e aquilo que ele produz, a nível simbólico, constituindo uma espécie de círculo ou de circulação incessante entre os dois termos – cultura e nacionalidade.

4

O que está na pauta dos debates e das disputas contemporâneas sobre a cultura é justamente a idéia de uma identidade estável e homogênea, sob os auspícios do Estado Nacional, e isto ocorre em dois planos. No primeiro deles, no plano das subjetividades, pela crise e pela crítica à noção de sujeito que emergiu com o cristianismo e atravessa toda a modernidade – como essência, interioridade estável, pré-existente, consciência de si – e a conseqüente percepção da identidade ou da subjetividade como uma produção socialmente sancionada. Em segundo lugar, no plano social, pela percepção do poder de coerção, de apagamento, de homogeneização dos discursos da nacionalidade ou das culturas nacionais, enquanto construções hegemônicas que recalcam as perspectivas identitárias e as demandas culturais dos que estão em condição subalterna.

As demandas do presente em torno da cultura emergem principalmente no interior da própria comunidade nacional enquanto expressão de vivências minoritárias – com a ressalva, indispensável, de que o uso da noção de “minorias” aqui não tem significação quantitativa, pois são minoritários os segmentos da população alijados das estruturas e nas relações de poder, especialmente do poder legitimação de suas referências culturais – ou a sua memória cultural –, e do poder de produzir auto-representações que conflitem a comunidade nacional imaginada. Muito embora – e talvez este seja o grande filão do que hoje se denomina “crítica cultural” – sejam sempre ambíguos ou ambivalentes, nas suas estratégias de inclusão e de exclusão, os discursos da nacionalidade cultural.

Contra a pedagogia da homogênea comunidade imaginada e principalmente, se consideramos especificamente o caso brasileiro, contra a propalada convivência harmoniosa da diversidade que seria peculiar ao Brasil e à cultura brasileira, insurgem-se, por exemplo, as vozes afro-descendentes e as releituras da história e da cultura nacional empreendidas pelas mulheres, como avaliações contemporâneas desconstrutoras e interpeladoras de uma idéia de cultura que originalmente, quando se contrapunha ao universalismo da Civilização, teve considerável potencial revolucionário.

Um outro foco de conturbação de significações históricas e assentes da palavra cultura também é familiar ao campo dos estudos literários, pois ocorre no âmbito da segunda vertente de significação da cultura que atravessa a área de Letras. Trata-se da contestação contemporânea ao confinamento da cultura ou do valor cultural à esfera letrada ou erudita, da equivalência entre cultura e artes canônicas, como a literatura, e da paralela separação entre cultura e o que Edward Said e Stuart Hall designaram como a “mundanidade”.¹⁵ Ou o que o crítico Silviano Santiago denomina, de forma provocante, como o embate entre a cultura da minoria e a cultura da maioria, popular, massiva, industrializada.¹⁶

Temos que reconhecer que a propalada diluição das fronteiras entre a “alta cultura” (da minoria) e a “baixa cultura” (da maioria) é muito relativa, e efetivamente só ocorreu no plano do diagnóstico intelectual dos trânsitos e das contaminações que entre elas se processam. Do ponto de vista do valor, do valor cultural, a hierarquia prevalece e se manifesta em diversos planos da vida social, em que pese a dimensão da influência contemporânea dos meios massivos.

Sabemos que o filme e mais ainda a novela de televisão não equivalem ao romance; que a fotografia não tem o mesmo prestígio ou valor social (nem o mesmo valor mercadológico) que a pintura; que um recital de Beethoven é ainda considerado muito mais “cultural” do que uma roda de samba ou um show de rock. Mas existem hierarquizações mais sutis (e mais perversas) que atuam sobre nós com grande eficácia: não cogitamos, por exemplo, que um leitor de *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, corra o risco de se tornar racista, mas nos preocupamos séria e honestamente com o poder alienante que a televisão pode ter sobre o seu público. Isto sinaliza que, além da hierarquia das linguagens ou das formas de expressão culturais, introjetamos também uma hierarquização dos diferentes públicos ou esferas de recepção.

A emergência do campo que hoje se denomina crítica cultural, estudos da cultura ou, com mais frequência, estudos culturais dá-se justamente no contexto

¹⁵ HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In SOVIK, Liv (Org). HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 202.

¹⁶ SANTIAGO, Silviano: Democratização no Brasil- 1979-1981(Cultura versus Arte) In ANTELO et alii. *Declínio da Arte e Ascensão da Cultura*. Florianópolis: ABRALIC/Letras Contemporâneas, 1998. p.11-23. Posteriormente publicado em *O Cosmopolitismo do pobre* (Ed. UFMG, 2004).

da convivência e do embate entre essas diversas e diferenciadas dimensões ou significações da cultura. Ou, dito de outro modo e quase como um desafio que se impõe: a emergência da cultura como objeto de inquietação e de reflexão, em todos os territórios do conhecimento – não só nas Letras – emerge em consonância, em absoluta sincronia, com a nossa dificuldade presente em enunciar com segurança e de maneira satisfatória o que entendemos por cultura.

Mas a emergência e a importância que vêm conquistando os estudos da cultura são também sincrônicas à percepção de que é nesta dimensão da vida social que se organizam as significações e os valores, que se exerce a hegemonia e que se estruturam, legitimam e disseminam as exclusões. Como simultaneamente estão também nos domínios da cultura as reivindicações mais contundentes que se fazem atualmente sobre direitos, reconhecimento e cidadania.

Por estas razões, vozes autorizadas do campo da crítica da cultura ou dos estudos culturais – a exemplo de Stuart Hall, Fredric Jameson, Homi Bhabha – convergentemente vêm apontando, como o diferencial mais relevante e indispensável neste empreendimento intelectual e acadêmico contemporâneo, a articulação entre *rigor teórico*, para dar conta do que ainda não sabemos mas igualmente para deslocar os saberes sedimentados que se interpõem, como dificuldade ou mesmo obstáculo, à compreensão ampla das expressões da vida contemporânea; e *responsabilidade política*, uma vez que é clara a implicação entre os embates atuais em torno de ou a propósito da cultura e a emergência, na cena principal, de segmentos, valores e objetos preteridos, recalçados, relegados ao silêncio ou ao anonimato.

Em muitos ângulos expõem-se perspectivas marcantes do saber produzido na contemporaneidade no âmbito desse campo emergente, institucionalmente difuso e politicamente disputado, que é a crítica cultural: a relação entre cultura e poder, o escrutínio das políticas do valor, a potência instituinte das construções discursivas, a articulação entre continuidades e descontinuidades, o jogo entre repetição e diferenças, a não hierarquização dos discursos ou dos produtos culturais e, em especial, uma perspectiva teórico-crítica sobre as identidades, sejam elas locais, nacionais ou ‘minoritárias’, que se recusa concebê-las como estáveis, íntegras ou unívocas.

No campo dos estudos literários, nas duas últimas décadas do século XX, a emergência da crítica cultural introduziu um número imprevisto de novos problemas e perspectivas de reflexão, os quais podem ser arrolados em duas grandes ordens de confronto com a tradição, em especial com a tradição firmada pela alta modernidade estética. Em primeiro lugar, os embates em torno da compreensão do que seria a própria literatura e das implicações da proeminência do valor estético; neste âmbito, talvez seja ainda de Silviano Santiago o diagnóstico mais sucinto e mais cabal, ao apontar, no que denomina a “passagem do século XX para o seu fim”, o enfraquecimento da especificidade e a perda do valor de “intransitividade” conquistado pelo literário.¹⁷

Em segundo lugar, e como inescapável consequência, o debate acerca dos limites da competência dos estudiosos da literatura ou de um território disciplinar instituído. Na feição inicial desse abalo, verificou-se uma significativa expansão do domínio de objetos para além das fronteiras do estritamente literário, dos cânones literários ou mesmo do objeto literatura, e a proliferação das abordagens transdisciplinares, nos estudos produzidos na área de Letras. Como saldos mais expressivos tem-se, além da contextualização criteriosa das análises, o interesse crescente pela música popular, enquanto expressão mais candente da cultura da maioria no Brasil, e por outras linguagens massivas, ao lado da explosão das abordagens que privilegiam e problematizam as perspectivas e construções identitárias.

Passadas três décadas, entretanto, pode-se reconhecer no campo das Letras uma espécie de retorno – em diferença – à literatura, o que está longe de significar uma neutralização dos efeitos disruptores da crítica cultural, o que teria, indubitavelmente, um caráter conservador. A emergência da cultura e da crítica cultural, enquanto força temporal, político-social e acadêmico-intelectual, afeta indelevelmente o campo das Letras, afecção esta cujo melhor sentido é aquele detectado por Nietzsche e Foucault, de instauração de novos sistemas de significação e de valor, que podem revigorar tanto o literário quanto as suas abordagens, ao religá-los a outras dimensões da sensibilidade, da vida social e da produção discursiva.

¹⁷ SANTIAGO, S. Op.Cit.